

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS CONDICIONANTES SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICOS

FRANCISCO FLÁVIO ALVES FELIPE*

RESUMO: Neste trabalho de natureza teórica, pensamos a especificidade da escola não a partir dela mesma, mas relacionada com as determinações fundamentais e com as relações sociais de produção e de trabalho. A educação encontra-se umbilicalmente ligada à estrutura econômica da sociedade. A educação, em cada momento histórico representa um reflexo dos interesses e anseios das classes sociais, mais especificamente da classe que detém o domínio material e espiritual da sociedade. A organização social brasileira, capitalista, excludente, dependente em relação ao capitalismo internacional, é marcada fortemente por um processo de concentração dos bens materiais e espirituais. Buscando referência teórica em Florestan Fernandes compreendemos que o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem e que tais mecanismos se repetem em condições econômicas, políticas e culturais específicas, típicas de uma situação histórica e de uma condição de dependência tecnoeconômica. Por fim, afirmamos que as políticas educacionais do tempo presente caminham na direção da desqualificação da escola, ou seja, uma desqualificação que atinge fundamentalmente a escola frequentada pela classe trabalhadora.

PALAVRAS : CHAVE: Capitalismo Dependente. Educação. Organização Social Brasileira.

Introdução

A educação é socialmente referenciada. A sua construção que é também histórica e materialmente determinada ocorre em função das necessidades apresentadas em diversos contextos societários vivenciados pelos seres humanos. “Trata-se de pensar a educação referida ao conjunto de relações existentes no interior do processo produtivo”. (Arruda, 2012)

O ato educativo compreendido como um ato de conhecimento dos conteúdos, deve ir além e nos ajudar na tarefa de compreender também os fatos econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos, estéticos, ideológicos que estão a nossa volta, influenciando o nosso pensar e o nosso agir.

O ato educativo significa um ato de conhecimento dos conteúdos e de todos os acontecimentos, de toda ordem, que interferem diretamente nas nossas formas de pensar, de agir e de construir o mundo o mundo humano, a partir do conjunto de transformações realizadas na natureza, através do trabalho, essa atividade humana que deve ser formativa e criadora.

Enquanto um ato de conhecimento, a educação escolar precisa favorecer o pleno acesso ao saber e as diversas formas de compreensão do mundo, no sentido de afirmação do humano, sobretudo numa época histórica fortemente influenciada pelo ideário neoliberal, que vem pregando a supremacia do mercado e o fim da história.

A ação educativa enquanto atividade essencialmente humana, pressupõe a democratização do saber, que numa sociedade cindida em classes sociais e fortemente marcada por interesses antagônicos como a nossa, tem encontrado diversas barreiras que impedem que isso ocorra.

1. A especificidade da escola relacionada com as determinações fundamentais

Temos que pensar a especificidade da escola não a partir dela mesma, mas relacionada com as determinações fundamentais e com as relações sociais de produção e de trabalho. É importante compreender que a produção do conhecimento e a formação da consciência crítica se dão no contexto destas relações e refletir acerca do acesso ao saber

elaborado e acumulado historicamente como um instrumento necessário para a classe trabalhadora.

Conforme Arruda (2012, p. 90) a educação capitalista consolida na cabeça dos educandos os divórcios característicos da própria divisão de trabalho do capital mundial, a saber: entre escola e sociedade, entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre saber erudito e saber popular, entre o individual e o social, entre a ciência e a técnica, entre a necessidade e a liberdade, entre a decisão e a execução, entre a teoria e prática. Coloca-se, portanto, o desafio de construir um sistema educativo que consiga romper com os divórcios acima elencados, que seja em tudo superior ao que o capitalismo propõe.

Portanto, o caminho a ser percorrido é perceber que o sentido de classe desse processo garante apenas o mínimo de educação escolar básica para os trabalhadores e fortalecer a luta pelo direito amplo à educação, que pressupõe acesso, permanência e sobretudo a conclusão que garante o domínio do conhecimento produzido ao longo da história. Parece-nos, portanto, que a estratégia da burguesia é garantir os mínimos educacionais através do sistema escolar e manter o controle de sua “escola de fabricar o trabalhador”, que nunca foi visto como detentor do direito de usufruir da cultura, do cultivo das letras, das artes e do espírito, enfim, um mero direito a uma instrução elementar.

É importante ter clareza de que a luta pela escola, tem sido uma luta secular da classe trabalhadora, mas que implica uma crítica radical ao saber dominante e uma necessária articulação com o conhecimento histórico, cuja construção não exclusiva da classe burguesa.

Essas duas situações são oscilantes na história educacional brasileira, que em alguns momentos privilegia uma oferta regulada, seletiva, excludente, e em outros momentos faz a opção por uma política educacional que faz o sistema se expandir, focalizando sobretudo no acesso, o que acaba impulsionando esse prolongamento desqualificado, fazendo com que os sujeitos permaneçam mais tempo no sistema educativo, mesmo que isso não represente uma trajetória de sucesso e conclusão da escolarização obrigatória.

O que precisa ser colocado em evidência é o fato de que a prática educativa, a prática escolar, na condição de uma prática social que se efetiva no seio de uma sociedade de classes, necessariamente sofre as influências dos interesses antagônicos, que denotam a

existência de uma disputa em torno do processo de escolarização, disputa essa que conecta o “saber social produzido e veiculado na escola, aos interesses marcadamente de classes.

Essa dualidade educacional que vai tomando forma já nesse período, vai assinalar que nem tudo o que a educação busca inculcar nos educandos tem como horizonte o bem comum, a menos que esse bem comum represente uma estratégia para manter e reforçar o poder das classes dominantes. A lógica é assegurar a riqueza e o poder para as classes dominantes e para as classes subalternas, reserva-se o trabalho e a ignorância.

No Manifesto Comunista Marx e Engels (2008, p. 8) afirmaram que a história da sociedade humana era a história da luta de classes entre opressores e oprimidos. Vale ressaltar que ao analisar o surgimento das classes sociais, existe a suposição de que a luta consciente entre essas classes é uma consequência imediata e não é. A luta entre as classes divergentes de uma sociedade, com pautas e interesses também divergentes, só pode se desenvolver em circunstâncias determinadas, nas quais as contradições existentes se manifestem de forma clara e direta.

A diferenciação entre “classe em si” e “classe para si”, feita por Marx, em Miséria da Filosofia, também colabora no entendimento da questão acima. A classe em si se define pelo papel que desempenha no processo de produção e a classe para si pode ser definida como uma classe que já adquiriu consciência do seu papel histórico e dos interesses que defende e aspira. Para que haja a conversão de classe em si para classe para si, há a necessidade de um longo processo de organização, esclarecimento, tomada de consciência, sendo que para isso a prática educativa emancipadora se faz premente. Para Marx,

a consolidação do novo modo de vida do mundo burguês põe à luz do dia a dilaceração medular desse mundo: inseparável acólito da burguesia, o proletariado, aproximando-se o fim da primeira fase da Revolução Industrial, já não se contrapõe simplesmente a ela, mas instaura a possibilidade da articulação de um projeto societário autônomo que implica a sua supressão. (2017, p. 22)

A afirmação de Marx aponta claramente que com a consolidação do mundo burguês, o proletariado, considerado como sendo o “núcleo duro do contingente dos trabalhadores” converte-se em classe para si. Nesse sentido o proletariado começa a se constituir como agente autônomo e desta forma se insere na luta política. Nesse momento de transformação qualitativa do movimento operário, haverá a ruptura entre Marx e Proudhon.

A questão central que estava em disputa dizia respeito à reforma ou à revolução. O proletariado como classe deve participar do processo político da ordem burguesa ou um proletariado capaz de dirigir esse processo com vistas a sua superação? Marx se antecipou analiticamente, compreendendo que o proletariado poderia se constituir em classe para si, tendo como referência o cenário, os acontecimentos às vésperas de 1848. Para ele, “numa sociedade dilacerada por antagonismos, dividida em classes, não haverá evolução social sem revolução política”. (Marx, 2017, p. 34)

Marx afirma que o feudalismo também possuía um proletariado, ou seja, os servos que continham em si o germe da burguesia. Essa nova classe começa com um proletariado que representa um resto do proletariado dos tempos feudais. Com a consolidação da classe burguesa vai se desenvolver e tomar forma um novo proletariado que vai concretizar o antagonismo com a classe no poder. Marx entende que “as condições econômicas, primeiro transformam a massa do país em trabalhadores”, que se associam para a manutenção dos salários, num primeiro momento, e depois a própria manutenção da associação entre eles passa a ter maior importância, assumindo um caráter político.

Quer dizer, a dominação do capital acaba gerando uma situação comum, reunindo uma massa de trabalhadores em torno de interesses comuns, tornando-se uma classe em si, uma classe em relação ao capital, mas ainda representa uma classe para si mesma, pois os seus interesses ainda são meramente interesses de classe. Marx insiste que “a luta entre classes é uma luta política”.

Esse movimento ocorreu com a nascente burguesia, que se constituiu como classe, ainda sob o domínio do feudalismo e da monarquia absoluta e a fase em que na condição de classe constituída, levou o feudalismo e a monarquia a derrocada, erigindo a sociedade burguesa. A primeira fase foi mais longa e necessitou de um esforço maior. Podemos apreender, portanto, que a existência de uma classe oprimida é a condição fundamental de toda sociedade estruturada no antagonismo de classes. Nas palavras de Marx,

A libertação da classe oprimida implica, pois necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que possam engendrar-se no seio da sociedade antiga. (2017, p. 146)

Marx nos adverte, porém, que a destruição da velha sociedade não pode significar uma nova dominação de classe, apoiada num novo poder político. Então, a condição de libertação da classe laboriosa é a necessária abolição de toda classe e o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, é uma luta de uma classe contra outra, que conduz a “revolução total”.

As classes opressoras em relação às classes oprimidas conseguiram adquirir uma maior e mais clara consciência de si, em decorrência do acúmulo de bens, dos interesses que estavam em jogo e da necessária defesa dos mesmos, e sobretudo a reflexão acerca desses interesses, possibilitado pelo ócio advindo da liberação do trabalho produtivo.

O pleno reconhecimento dos seus interesses classistas fará com que a classe privilegiada iniciasse um processo de adaptação da educação que viesse a colaborar com a sedimentação dos interesses, seus valores e concepção de mundo.

Isto posto, torna-se clarividente que um ideal pedagógico não pode servir para todos, pois numa sociedade cindida em classes sociais, as classes dominantes buscam disseminar os seus interesses para o conjunto da sociedade, esforçando para que a classe trabalhadora aceite a desigualdade educacional, assim como as demais formas de desigualdades como fenômenos naturais e até mesmo sobrenaturais. Marx (2008, p. 40) explica que “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante”.

Dessa forma é possível perceber como a educação vem sendo colocada a serviço das classes dominantes. Esse processo altera-se quando uma classe subalterna se transforma

numa classe revolucionária consegue alterar as correlações de força e chegar ao poder, e assim construir outro modelo de educação mais condizente com a sua visão de mundo e com as relações sociais de produção que vão se estabelecer. Segundo Marx (2008, p.40) “fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade, com isso expressa-se apenas o fato de que no interior da velha sociedade se formam os elementos de uma nova, e que a abolição das velhas ideias acompanha a supressão das velhas condições de vida”

A educação encontra-se umbilicalmente ligada à estrutura econômica da sociedade. A educação, em cada momento histórico representa um reflexo dos interesses e anseios das classes sociais, mais especificamente da classe que detém o domínio material e espiritual da sociedade.

2. A educação situada num contexto de dependência econômica e marcas fortemente coloniais

É interessante notar que os ideais não são criações arbitrárias, artificiais que um teórico consegue elaborar em isolamento, sem relação com o contexto em que vive, para depois tentar transformar em realidade, acreditando na validade dos seus pressupostos. Essas elaborações refletem determinadas necessidades das classes que estão em conflito no seio da sociedade. Por si só, essas elaborações teóricas sobre a educação não são capazes de transformar a sociedade. Ao contrário, essas formulações se tornarão hegemônicas à medida que a classe que as defende também se torne dominante e hegemônica.

Nessa acepção, a classe que se torna dominante, do ponto de vista material, vai ser buscar a dominação também por intermédio da sua moral, da educação e das ideias veiculadas na sociedade. Mas a formação de trabalhadores conscientes, numa sociedade que prescindir da dominação e da submissão, é preciso que se crie uma escola que defina de forma clara as razões de sua existência.

Se historicamente a burguesia direcionou a escola para a auxiliar na sedimentação dos seus ideais, é evidente que os trabalhadores também podem utilizar dessa instituição para lutar e se libertar da opressão.

Por isso, a histórica separação entre o trabalho manual e o intelectual, a separação entre as forças físicas e as forças mentais, a separação entre os organizadores e os executores, a separação entre teoria e prática que ocorreram no momento exato em que as antigas comunidades primitivas se transformaram em sociedade de classes, cindidas a partir de interesses antagônicos, podem desaparecer numa sociedade transformada pela luta e organização dos trabalhadores.

A educação, de acordo com o que estamos expondo não é um fenômeno acidental numa sociedade de classes. Para transformá-la é necessário modificar todo o sistema econômico-social que lhe dá sustentação. E não se trata de uma tarefa fácil, porque segundo Lenine, “ a ideologia burguesa, pela sua origem, é muito mais antiga do que a proletária, porque está estruturada de muitas formas, porque dispõe de meios de difusão incomparavelmente mais numerosos”.

Mesmo compreendida a partir de uma lógica de internalização de valores, de aceitação de comportamentos e formas de agir, emanadas dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a educação formal não pode ser concebida como uma força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital. Mas também a educação não é capaz de por si só, de criar as condições de uma transformação radical da sociedade.

Portanto, o que não podemos perder de vista são os elos entre a prática educacional escolar e a estrutura econômico-social capitalista, que assinala disputas, luta por hegemonia, colocando a escola como uma arena onde diversos projetos societários com interesses antagônicos e classistas, entram em disputa.

A sociedade brasileira, marcada por um capitalismo do tipo dependente, com marcas fortemente coloniais, na qual os bens materiais e culturais tem sido absolutamente mal divididos, a educação não tem cumprido a sua principal função social, que é propiciar o acesso ao saber, com equidade e justiça.

A formação social e econômica brasileira implica uma profunda desigualdade em relação às oportunidades e condições de acesso ao saber produzido pela humanidade ao longo de sua existência. A organização social brasileira, capitalista, excludente, dependente em relação ao capitalismo internacional, é marcada fortemente por um processo de concentração dos bens materiais e espirituais. Para Florestan Fernandes,

a expansão da ordem social democrática constitui o requisito sine qua non de qualquer alteração estrutural e organizatória da sociedade brasileira. Se não conseguirmos fortalecer a ordem social democrática, eliminando os principais fatores de suas inconsistências econômicas, morais e políticas, não conseguiremos nenhum êxito apreciável no crescimento econômico, no desenvolvimento social e progresso cultural (1968, p. 195)

No Brasil, tudo é bastante concentrado. A posse da terra, os meios de produção, os meios de comunicação de massa, a renda e o acesso ao saber, corporeificado na forma de escolas e outros equipamentos educacionais. Isso implica que o acesso, a permanência e a conclusão ou sucesso escolar, ou seja, o tripé essencial do processo de democratização da educação no Brasil apresenta condicionantes sócio-econômico-políticos e estruturais que orientam uma oferta educacional segmentada, diferenciada, excludente que atende a critérios de renda, origem social, de classe, entre outros aspectos.

Numa sociedade dividida em classes sociais, a riqueza e o saber são objetos de apropriação das classes dominantes. A insistência histórica das classes dominantes brasileiras em não democratizar o saber e a educação elementar representa uma estratégia importante de manutenção do poder, dos seus privilégios e do status quo. Fernandes (1995, p.142) nos alerta que “o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem”.

Todavia, esses mecanismos, se repetem em condições econômicas, políticas e culturais específicas, típicas de uma situação histórica e de uma condição de dependência tecnoeconômica, afirma Florestan Fernandes. Esse processo de diferenciação e segmentação educacional, que culmina com trajetórias escolares desiguais, vem produzindo um verdadeiro “apartheid escolar” descrito por Pablo Gentili (2003) e ilustra muito bem a realidade educacional brasileira.

A persistência histórica de uma oferta educacional baseada no binômio inclusão/exclusão tem assegurado uma forma escolar ou uma forma de produção escolar que

se configurou ao longo do tempo como um tipo de educação que se torna segmentado e diferenciado em relação ao público atendido e as características sócio-econômicas desse público alvo e que se relaciona com a ideia de um “apartheid educacional”, antes mencionado.

O que estamos afirmando é que os sistemas educacionais brasileiros, ou mais adequadamente falando, os sistemas educacionais brasileiros, ao buscar ampliar o direito à educação, que é de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96 um direito subjetivo e inalienável de todos os brasileiros, o fizeram, a partir do pressuposto de uma educação “excludente includente”. Isso significa admitir que os pobres podem ter acesso a educação básica/elementar, desde que não questionem o formato dessa oferta e muito menos a sua qualidade.

Num sistema educacional estruturado a partir da visão que segmenta e diferencia a oferta de ensino, o acesso e a permanência dos sujeitos envolvidos nesse processo, assenta-se no pressuposto de que tanto a entrada no sistema, como a saída deste sistema tornam-se necessariamente diferenciados, levando-se em consideração o lugar social das pessoas que de acordo com o marco legal já referido, inclui a educação entre os direitos básicos e fundamentais para todos indistintamente.

Isso evidencia a grande lacuna existente entre os preceitos educacionais legais e a sua efetivação na prática, fato que torna preocupante o processo de democratização da educação e do saber, em todos os níveis e etapas educacionais no Brasil.

A questão central para analisar o processo de “exclusão includente” existente na educação pública brasileira diz respeito ao fato de que favorecer o acesso de todos à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização. Essa distinção entre as formas de acesso e o tipo de escolarização que é efetivamente ofertada, acaba criando mesmo uma separação, uma espécie de apartação entre as pessoas, levando-se em consideração a posição social e econômica ocupada no tecido social.

Esse mecanismo de oferecer uma educação pobre para pobres e uma educação de excelência para as elites dominantes, aprofunda a desigualdade social e econômica, através da intensificação da desigualdade educacional. O que temos é uma inclusão formal através da ampliação do acesso e da matrícula, mas que é seguido por um processo de desmantelamento da escola pública, de um esvaziamento proposital da função social da escola, distribuindo de forma desigual o conhecimento, a partir de cortes de classe, renda,

gênero e da posição que os sujeitos ocupam nas relações sociais de produção e na produção da vida material na sociedade.

As políticas educacionais do tempo presente caminham na direção da desqualificação da escola, ou seja, uma desqualificação que atinge fundamentalmente a escola frequentada pela classe trabalhadora. Caso existisse esse interesse, isso demandaria uma vontade política que caminhasse na direção da superação das relações sociais de produção que geram a desigualdade que acompanha a formação social brasileira.

Na verdade, trata-se de uma determinação histórica que condiciona a escola a esse fracasso. A prática educativa não determina a prática social, ao contrário, ela é determinada socialmente. Devemos ficar atentos para essa inversão que coloca a escola como fator determinante da estrutura econômico-social. Nessa tônica, aquilo que é determinado é apresentado como determinante.

Numa formação social como a brasileira assentada organicamente em torno da discriminação e do privilégio de poucos, não encontramos vontade política em efetivar uma escolarização que nivela, do ponto de vista da quantidade e da qualidade, o acesso ao saber historicamente produzido e acumulado pela humanidade.

Esse processo de negação de uma escolarização que pressupõe quantidade e qualidade, que consegue efetivar democratizar e efetivar o saber, se conecta com o objetivo de marginalizar cada vez mais a classe trabalhadora, que expropriada das riquezas produzidas, através da extração de mais valor, de mais valia ou sobre valor, acaba sendo também expropriada do saber sistemático veiculado na e pela escola.

Esse processo de marginalização implica um alijamento dos trabalhadores das ações decisórias que balizam o destino da sociedade. Essa desqualificação sofrida pela escola é de ordem orgânica que atende aos interesses de dominação e manutenção de classes. Mas a escola também pode ser concebida como instrumento de contra-poder, de luta, de organização, de disputa, que possa articular saber em direção ao fortalecimento da maioria discriminada e expropriada.

Nesse sentido, a dimensão política da ação pedagógica que busca concretizar os interesses dos trabalhadores, caminha na direção de viabilizar uma escola organizada para possibilitar o acesso efetivo ao saber que lhe é negado e expropriado pela classe dominante.

Estamos insistindo, portanto, na ideia de que uma educação escolar voltada para os interesses da classe trabalhadora deve possibilitar o acesso efetivo ao saber e que também possa contribuir com a formação de uma consciência de classe, colaborando para que os

diversos segmentos dos trabalhadores se constituam como “classe em si”, mas numa “classe para si”.

Vale ressaltar, que a estratégia utilizada pela classe burguesa no que tange à prática educacional escolar pressupõe a negação do saber socialmente produzido pela classe trabalhadora e também a negação conhecimento elaborado, sistematizado, historicamente produzido e acumulado pela humanidade. A desqualificação do aparelho escolar para a classe trabalhadora toma forma na negação do compartilhamento do saber elaborado e sistematizado em todos os campos do conhecimento.

Tal desqualificação se apresenta também sob a forma de aligeiramento deste compartilhamento. Portanto, o que está em jogo é esse patrimônio que a humanidade vem acumulando historicamente e isso deve impulsionar a luta pela apropriação deste saber, que não se constitui como um instrumento, por natureza, da burguesia. Essa possibilidade de acesso ao saber está posta na prática escolar e por sua vez deve encorajar a classe trabalhadora a compreender o espaço escolar como um campo de luta, de disputa e contraditório.

Essa contradição inerente ao processo escolar se inscreve no ato de negação do acesso ao saber e também na tentativa de desqualificar cada vez mais a escola, levado a efeito pela classe burguesa. A escola, num contexto de uma sociedade cindida em classes sociais, hegemonicamente direcionada para a sustentação dos interesses capitalistas, se torna funcional pelo que nega e subtrai dos trabalhadores. Trata-se da “meia educação”, “não escola” de “mínimos sociais” e educacionais.

Esses termos caracterizam bem o tipo de educação destinada aos pobres, deserdados, trabalhadores, enfim, “os de baixo”, como diria Florestan Fernandes. Mas a contradição presente no espaço escolar se corporeifica quando os diversos segmentos dos trabalhadores se organizam e se articulam na luta pela democratização da educação, que significa no Brasil, ainda lutar por acesso, mas sobretudo lutar pelo direito de permanência e conclusão.

Esse tripé constitui a base das reivindicações dos trabalhadores no campo educacional, que pressupõe quantidade, qualidade, mas não uma qualidade qualquer. Insistimos na defesa da qualidade social, porque é ela que atende as demandas escolares dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ao analisar a prática educativa escolar devemos ter cuidado de não aceitar a sustentação fatalista de “desescolarização” e nem a visão liberal de educação e de escola.

Ambas as posições reduzem ou anulam o espaço escolar como um espaço de luta e disputa. Como dissemos anteriormente o fazer educativo é contraditório e mediato, dada a existência de interesses antagônicos dentro e fora dos muros da escola.

Essa arena de disputa, de contradição é marcada pelo controle de uma instituição que tem como função principal, do ponto de vista político e técnico, veicular o saber social e historicamente elaborado. A dimensão política aponta para uma necessária articulação do saber com os interesses de classe. A dimensão técnica, por sua vez, caminha na direção de garantir que a difusão do conhecimento ocorra de forma eficaz, inclusive prolongando-se para além dos muros da escola. Essa difusão do ponto de vista técnico requer competência e preparo. Deste modo, essas duas dimensões são indissociáveis e imprescindíveis no processo de fortalecimento da luta da classe trabalhadora.

Associo-me a tese de que a prática educativa escolar é uma prática social específica e que sua natureza não é da mesma natureza da prática social de produção material da existência. Dito isto, compreendemos que a prática educativa relaciona-se com as relações sociais de produção de forma imediata e direta, mas de forma mediata. Endosso também a compreensão de que a mediação exercida pela escola expressa interesses antagônicos contraditórios e classistas.

A contradição fica explícita no fato de que não é da natureza da escola ser capitalista. Isso ocorre porque o modo de produção social da existência é capitalista e por isso, a escola exerce essa mediação dos interesses do capital.

Aceitando, pois, a tese de que não é da natureza da escola ser capitalista e que isso ocorre por uma injunção das relações sociais de produção capitalista, a mediação realizada pela educação escolar pode ser direcionada em favor da luta dos trabalhadores. Para tanto, a luta pelo controle da escola coloca-se como uma possibilidade para a classe trabalhadora, que precisa se arregimentar no sentido de lutar pelo acesso efetivo ao saber elaborado, tendo clareza de que saber é poder.

É importante ter clareza de que a dimensão política da ação educativa se consubstancia à medida que entendemos o seu caráter mediador. O fazer educativo não se define dentro dos “muros da escola”, mas a partir das relações sociais de produção da existência.

Esse fenômeno ocorre, de acordo com a perspectiva Florestaniana, em razão dos países latino-americanos apresentarem estruturas econômicas, socioculturais e políticas

internas com capacidade de absorver as transformações do capitalismo, mas que ao mesmo tempo, conseguem inibir a integração nacional e o desenvolvimento autônomo.

Segundo Fernandes (1981, p. 26) nos países latino-americanos, há um processo de dominação externa que “estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real”. Ele deixa bem evidente que os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são também interessadas e responsáveis por essa situação, assim como os grupos externos, que tiram proveito dessa situação. Trata-se do “padrão compósito de hegemonia” e do “padrão dual de expropriação do excedente econômico”.

Conclusão

A dependência e subdesenvolvimento representam um bom negócio para as elites internas e para as elites externas, afirmava Florestan. Trata-se de um tipo de capitalismo dependente, de desenvolvimento combinado e subordinado, que vem historicamente dificultando os países latino-americanos de obterem uma integração nacional e uma autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo.

Esse comportamento histórico das classes dominantes brasileiras de negar o acesso ao saber, através do processo de “apartheid educacional”, do processo de “exclusão includente”, a partir da estruturação de um sistema educacional segmentado, seletivo e diferenciado, serve ao propósito de dominação, de conservação dos interesses de classe dominante e que precisa de elementos superestruturais para assegurar o seu status quo.

Essa segregação educacional que proporciona uma escolarização diferente para pessoas de origem social e econômica diferentes, do ponto de vista do acesso ao saber, se circunscreve num movimento de escolarização dos trabalhadores numa perspectiva de “mínimos sociais”, de mínimos educacionais, de uma “democracia restrita” e de dualidade estrutural.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. **A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral.** in: GOMEZ, Carlos Minayo. [et.al.] 6. ed. Trabalho e conhecimento : dilemas na educação do trabalhador. São Paulo : Cortez, 2012.

GENTILI, Pablo. **A exclusão e a escola:** o apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2003

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução.** 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2018.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1968.

_____. **Brasil: em compasso de espera.** São Paulo : Editora Hucitec, 1980.

_____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.

_____. **Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos.** São Paulo : Xamã, 1995.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.